

A vida no Império

entrevista com Michael Hardt
tradução Patricia Farias

Como se constitui o Império? De que modo ele se constitui numa máquina *biopolítica*?

O Império é um regime de regras ilimitadas. As várias características que definem o conceito fluem todas deste caráter ilimitado. É bem mais fácil compreender o caráter ilimitado do Império no sentido espacial do termo. Como nenhuma fronteira territorial limita seu domínio, ele o Império *encompassa* todo o globo. O mercado mundial capitalista é, certamente, uma imagem desta totalidade espacial conhecida por toda a parte. É menos óbvio, talvez, do que compreender a regulação ilimitada do Império no sentido social. O Império é ilimitado em termos sociais, posto que ele opera em todos os registros da ordem social, estendendo-se às profundezas da estrutura social. O Império não só controla um território, uma população, uma economia ou uma cultura. Sob o Império, a distinção entre a esfera pública e a esfera privada tende a se romper. A tendência é a de que não haja espaços sociais “exteriores” ao poder imperial: nem o espaço das relações pessoais, nem o da família escapam. O objeto da norma imperial é, portanto, a vida social em sua totalidade, sendo esta a maneira pela qual o Império representa a forma paradigmática do *biopoder*. Tomando emprestada a frase de Michel Foucault, podemos dizer que o que está em jogo na questão do poder imperial é a própria vida.

Sob o Império, a comunicação se tornou o meio de (re) produção da estrutura social, integrando a infra-estrutura econômica à sociedade. Como este processo ocorreu e quais são suas conseqüências atuais?

Ambos os elementos desta pergunta são muito amplos para poderem ser totalmente respondidos. Há numerosos fatores que contribuíram para tornar a comunicação algo central às estruturas econômicas contemporâneas. Um deles, certamente, é o desenvolvimento tecnológico dos computadores e de outros sistemas digitais para a comunicação, bem como o monitoramento da informação. Mas os aspectos tecnológicos não são determinantes. O que me parece mais importante é a questão das forças sociais que contestam a configuração anterior da sociedade capitalista, valorizando a comunicação (juntamente com a cooperação social, o afeto e o conhecimento). Isso pode ser uma forma de resumir os valores de 1968. Do meu ponto de vista, o capital respondeu a estas lutas incorporando seus valores - incluindo

a comunicação - como elementos na nova reestruturação de seu controle. As conseqüências contemporâneas desta transformação não são unívocas. Em outras palavras, a integração da comunicação, no centro tanto da produção econômica como da reprodução social, traz com ela tanto um poder maior de controle e de subordinação e exploração, como também torna possíveis novas formas de libertação.

A Internet e a disseminação das comunidades virtuais aumentaram o poder das ONGs e de grupos minoritários, que se expressam hoje através de grandes demonstrações globalizadas. Será que isso implica uma transformação qualitativa do poder imperial?

Parece-me que isto não indica qualquer transformação qualitativa do poder imperial, mas, sim, expressa o potencial que tal transformação poderia atingir. A Internet, especificamente, é uma tecnologia muito ambígua, que tanto pode facilitar as atividades democráticas e libertadoras, como impulsionar ações opressoras e exploradoras. A tecnologia em si não dá garantias. Os resultados vão depender do uso político que dela se faz.

Os recentes movimentos de protesto internacionais (iniciados especialmente em Seattle) inventaram um novo tipo de ativismo e geraram redes internacionais de comunicação e de informação, baseadas especialmente na Internet. Em suas estratégias, esta multidão teve que lidar com questões relacionadas à espetacularização de sua ação. Será que estas pessoas, através destes meios, podem escapar das representações estereotipadas de suas ações?

Sim, penso que a ação via mídia alternativa, veiculada por vídeo e pela Internet, é extremamente importante (talvez devêssemos marcar seu início com os Zapatistas e não com Seattle). Certamente temos acesso, através destes canais, à informações que não conseguimos nos meios tradicionais, como jornais, rádios e TVs. Mas não devemos ignorar a importância destes meios tradicionais. Apenas uma pequena percentagem da população recebe informações através dos novos canais e meios alternativos, tais como a Internet. E a mídia tradicional (pelo menos nos Estados Unidos) é mais uniforme e hegemônica do que jamais foi antes.

A nova economia está centrada na informação e no saber. Dentro desta nova divisão de trabalho e de produção de mercadorias, o maior valor foi concentrado nos países centrais e a produção de matérias-primas nos países periféricos. Quais são as possibilidades, hoje, sob o Império, de subverter esta

divisão? Como os países periféricos poderiam lidar com as questões da propriedade intelectual e da produção de tecnologia, atualmente concentradas nos países centrais?

Você está totalmente certo ao afirmar que o novo paradigma econômico cria novas divisões de trabalho e que subverter estas divisões é uma importante tarefa. Não estou convencido de que estas divisões deveriam ser entendidas através de uma abordagem nacional, associada tradicionalmente com o modelo centro e periferia. Acredito que estas divisões são mais complexas: elas dividem os trabalhadores de forma muito marcante dentro de cada espaço nacional e também coloca as condições para a união dos trabalhadores para além das fronteiras nacionais. Uma estratégia importante para combater tais divisões globais de trabalho e que tem sido amplamente noticiada é a de tornar claras as conexões entre a produção de trabalhadores subordinados e o consumo dos privilegiados. Esta estratégia tem sido desenvolvida de forma especialmente enfática em relação as lojas de roupas e à indústria do vestuário. Estou mais interessado no reconhecimento do potencial de semelhanças entre os trabalhadores de diferentes partes do mundo. Os trabalhadores em áreas dominantes do globo também sofrem exploração, muitas vezes de formas muito similares aos trabalhadores das regiões subordinadas. O reconhecimento destes pontos em comum entre os trabalhadores me parece uma estratégia com um grande potencial transformador.

MICHAEL HARDT é professor de Literatura Comparada da DUKE University (Carolina do Norte, EUA) e é autor (em parceria com Antonio Negri) do livro intitulado *Império* (Rio de Janeiro: Record, 2001).

G8 e a multidão

entrevista com Antonio Negri
tradução Eliana Aguiar

Em que medida o G8 se constitui em um poder imperial, liberal e reformista?

O G8, diretório dos poderosos, tenta constituir um governo global. De maneira justa e urgente, pois o mercado global procura um governo. O que é o G8? Uma reunião de chefes de Estado. Se olharmos bem a foto do grupo, eles têm um ar perdido: seus rostos – entre a astúcia e a resignação – parecem aqueles que se vêem nas imagens das reuniões de monarcas de antes de 1914. Monarcas que acabaram assassinados, esquecidos, exilados na miséria ou, mais freqüentemente, absorvidos pela banalidade iconográfica da riqueza. De fato, o G8 é uma reunião bizarra, especialmente em função do modo como se formou: seus membros, auto-selecionados, são os representantes dos “países mais ricos”. Mas, a bem da verdade, não é fácil ser um dos mais ricos quando se é também um representante da democracia: de certa forma, é quase contraditório. Vocês se lembram dos debates desses cavalheiros? Houve todo um período em que Mitterrand tinha medo de ser mais pobre que os canadenses (colocava-se então a questão de saber se o mais importante era o PIB ou a renda das famílias). E tentem imaginar a entrada dos russos neste consenso sublime. Yeltsin precisava beber muito para esquecer que estava na companhia daquele capitalismo anglo-saxônico que ele tanto detestava, das antigas potências do Eixo e do velho hermafrodita francês, ao mesmo tempo “colonial” e democrático. Mas, ao contrário do que pensam muitos de seus contestadores, o G8 não é somente o espetáculo familiar de um jogo de poder muito antigo. Se fosse só isso, poderíamos nos limitar à ironia ou ao desprezo. O G8 é também uma dinâmica política importante, um lugar onde se constrói progressivamente o poder do mundo. A Organização das Nações Unidas não funciona mais: ela apenas sobrevive, marcada pelo descrédito e entristecida pela redução inexorável de suas finanças. As polêmicas sobre a ampliação eventual de seu Conselho de Segurança não interessam a mais ninguém: há muito tempo, um heróico embaixador

italiano fez de tudo para que a Itália fizesse parte dele e hoje em dia foi esquecido por todos. Não, para entrar no G8 o *cursum honorum* passa antes pela Organização Mundial do Comércio. O G8 é, portanto, uma dinâmica constituinte: busca-se definir e simbolizar, através dele, a figura do poder do Império; ou seja, o modo como os mais ricos comandam o mundo. Estamos aí diante do único e verdadeiro dilema atual: como representar este poder imperial. É muito claro que os americanos comandam, mas nem tudo e nem sempre. Comandar pressupõe efetivamente um método: os americanos não são nem os proprietários, nem os únicos executores. Existem outros sete jogadores: o Japão, o Canadá, o Reino Unido, a Itália, a Alemanha (isto é, a Europa na verdade) e, além dos “insolentes” franceses, os russos “em reconstrução”, vagamente preguiçosos, mas que ainda possuem muitas ogivas nucleares. Logo, um dos métodos em questão é encontrar um percurso comum para toda essa diversidade. Um método necessário, pois não se está falando apenas de Nações ou entre Nações. Fala-se, aliás, bem pouco disso, pois os líderes que se encontram representam menos as Nações do que os diferentes grupos de interesses multinacionais (às vezes, contraditórios entre si; às vezes, solidários) ou, se preferirem, um certo número de necessidades singulares e diferentes do capitalismo global. O G8 é, portanto, o diretório dos poderosos representantes do capitalismo mundial que buscam constituir um governo global. E isso de maneira justa e urgente, pois o mercado global procura seu próprio governo. Nunca se viu um mercado, mesmo minúsculo, que não tenha governo. E, como dizia Polanyi, quanto maior é o mercado, mais ele precisa de um governo. Não sei se Polanyi tinha razão, mas em qualquer caso, este é o governo que vem sendo formado: o G8. E é isto que denominamos governo do Império.

Com qual tipo de Império estamos lidando?

Na tradição europeia existem muitos modelos diferentes. Em geral, no império latino e/ou germânico, há três poderes definidores: um monarca, um senado aristocrático e povos. Como essas potências do Império combinam-se entre elas? Segundo que método o fazem? Temos dois modelos extremos para responder à questão: o primeiro é Romano; o

outro, Bizantino. No primeiro, encontra-se não apenas o poder do monarca, mas também aquele da aristocracia (que em certos casos chega a eleger o monarca); e o povo, que organiza-se em assembléias da plebe que expõem aos poderosos as suas necessidades e chegam, às vezes, a impô-las. Trata-se, portanto, de uma mecânica que consegue produzir um certo consenso: ela não toca na unidade do poder hegemônico que, em nosso caso, poderia ser comparado, de forma bastante ousada, com a centralidade da potência militar, monetária e comunicacional do capitalismo americano. Mas a reforça e tenta moderá-la nesse “concerto” multinacional dos produtores de riqueza. Nesse sentido, o Império não é americano, mas verdadeiramente cosmopolita: é o Império do capital coletivo. Por trás dele, de maneira subordinada, mas absolutamente efetiva, estão as nações: em particular, aquelas que são pobres ou proletárias e que devem ser representadas na estrutura institucional do Império, ao mesmo tempo por piedade e por necessidade demográfica, para alimentar a concorrência na divisão internacional do mercado de trabalho e para evitar as revoltas (cuja repressão é freqüentemente custosa e moralmente bastante embaraçosa). Esta representação subordinada deve ser, conseqüentemente, garantida ela também. Eis então o primeiro modelo: Romano, latino, mas igualmente reformista, liberal, “newdealesco”. E depois há o outro modelo, o Império Bizantino. Aí, o equilíbrio e o caráter subsidiário dos três poderes desaparecem. O poder monárquico toma tudo. Sua defesa é um escudo espacial. As redes multinacionais - através das quais se produz valor a partir da terra - cerram-se, então, de maneira quase mística. Nos grandes mosaicos bizantinos, têm-se ao redor da majestade divina, ao mesmo tempo, os doze apóstolos e os animais do Apocalipse. Em suma, alguns pensaram (e pensam até hoje) que a liberdade de produzir e apropriar-se da riqueza, bem como a mão invisível do mercado, só poderiam ser protegidas desta maneira: através de estruturas de poder fortes, cuja comunicação estaria fundada em símbolos extremamente abstratos. Talvez seja verdade. A modernidade mostrou-nos inúmeras repetições de metamorfose do Leviatã - figura absoluta e transcendente do poder - para que nós, bons pós-modernos que somos, possamos nos sentir realmente chocados. O povo de Seattle, no seu longo caminho que o conduziu a Gênova, coloca, portanto, um problema de definição. Se não

for feita uma escolha entre um modelo romano e um modelo bizantino de Império, teremos provavelmente não uma invasão de bárbaros (coisa impossível nesse mundo global e imperial sem “lado de fora”), mas uma erupção vulcânica. Temer esta erupção ou, ao contrário, desejá-la, é a alternativa ética atual.

ANTONIO NEGRI é cientista social e filósofo e é autor (em parceria com Michael Hardt) do livro intitulado *Império* (Rio de Janeiro: Record, 2001).